

# Patrimônio Cultural, Ensino de Projeto e Profissão de Arquiteto: CASO OU ACASO?

MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida

Arquiteta, Doutora, Pesquisadora CAPES-ProDoc, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – FAU/Unb (e-mail: [ana@unb.br](mailto:ana@unb.br))

## Resumo

*É na busca por uma reflexão em torno da construção do conhecimento e do ensino da arquitetura em seus rebatimentos, práticas, diálogos e interfaces que a questão “Patrimônio cultural, ensino de projeto e profissão de arquiteto: caso ou acaso?” se coloca. A hipótese sobre a qual se edifica esse artigo é a de que o campo do patrimônio cultural em termos da contribuição que representa, ao longo dos últimos 68 anos, ao desenvolvimento do ensino de projeto e da profissão de arquiteto, pode ser visto ora como caso, ora como mero acaso. A fim de confirmar tal hipótese, o texto a seguir apresenta-se estruturado em três diferentes momentos: 1) ser arquiteto, no Brasil, significava ser projetista e modernista de destaque, no exercício de uma profissão não raras vezes associada à atividade de ensino de projeto e defesa heróica do patrimônio nacional em pedra e cal; 2) ao arquiteto de projeto contrapôs-se o brilho do arquiteto-urbanista, cuja atividade estava ligada ao ensino e/ou pesquisa em planejamento urbano e, depois, com a incorporação da temática patrimonial ao contexto das políticas urbanas, à prática da salvaguarda de sítios históricos, área de atuação privilegiada do nascente arquiteto-preservacionista; e 3) em meio aos discursos interdisciplinar, multidisciplinar e trans-disciplinar, o especialista em patrimônio cultural surge como antropólogo, como sociólogo e por quê não?, como arquiteto sem conseguir dar legitimidade à profissão, dependente do reconhecimento do comprometimento com causas sociais, perante as quais o ensino de projeto e a profissão de arquiteto estão em débito.*

## Abstract

*The question: "Cultural heritage, design practice and architect profession: intention or chance?" arises into a context of reflection about the construction of the knowledge and practice of architecture and its dialogues and interfaces. The main hypothesis of this paper is that the contribution of the cultural heritage field, along the last 68 years, to the development of the design practice and the architect profession, can be viewed sometimes as intentional and sometimes as chance. In order to confirm this hypothesis, the article is structured in 3 different moments: 1) to be an architect in Brazil meant to be a modern and distinguished designer whose profession was associated to the design practice and to the protection of the stone and lime national heritage; 2) the urban planner importance emerges in contraposition to that of the designer, performing activities related to the design practice or research in urban planning, incorporating the heritage subject into the urban policy, looking for the preservation of historic areas; and 3) among an interdisciplinary, a multidisciplinary and a trans-disciplinary discourses the heritage specialist manifest itself as an anthropologist, as a sociologist and, why not?, as an architect not able to reach legitimacy of his profession, continuously required to demonstrate his compromise to the social causes in front of which the designer practice and the architect profession are in debt.*

## Introdução

Os primeiros anos do século XXI vêm testemunhando o fortalecimento institucional do campo da Arquitetura e Urbanismo, no Brasil, como bem o atestam os dados recém divulgados pela ABEA<sup>1</sup>, que demonstram como o número de cursos de Arquitetura e Urbanismo salta, em pouco mais de uma década (1994/2005), de 72 para 183<sup>2</sup>. Um salto que reflete, entre outros fatores, as transformações da universidade brasileira, com a crise do ensino público e a ascensão da iniciativa privada que, entretanto, não se faz acompanhar, no mesmo ritmo, pelo crescimento da pós-graduação, apesar da profissionalização crescente da atividade docente, regida pela lógica de produção imposta pelos organismos oficiais de fomento.

<sup>1</sup> - ABEA – Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura

<sup>2</sup> - Dados obtidos no site da ABEA (<http://www.abea-arg.org.br/>), consultado em 02/05/05. O site traz, ainda, informações quanto ao número de cursos de Arquitetura e Urbanismo, em abril de 2005, por Regiões e Estados: Região Norte – 8 cursos (Amazonas – 4; Pará – 2; Tocantins – 2); Região Nordeste – 21 cursos (Alagoas – 2; Bahia – 3; Ceará – 2; Maranhão – 2; Paraíba – 3; Pernambuco – 4; Piauí – 2; Rio Grande do Norte – 2; Sergipe – 1); Região Centro-Oeste – 16 cursos (Distrito Federal – 4; Goiás – 4; Mato Grosso – 3; Mato Grosso do Sul – 3); Região Sudeste – 93 cursos (Espírito Santo – 4; Minas Gerais – 16; Rio de Janeiro – 13; São Paulo – 60); Região Sul – 45 cursos (Paraná – 15; Rio Grande do Sul – 19; Santa Catarina – 11).

Todavia, se o campo da Arquitetura e Urbanismo se fortalece, de um lado, de outro, a profissão de arquiteto e o ensino de projeto se apresentam em crise. Conforme já alertou Marques<sup>3</sup>, o discurso interdisciplinar, multidisciplinar ou trans-disciplinar da pós-modernidade recente não confere legitimidade à profissão, cujo modelo de sucesso, a despeito da existência do arquiteto-urbanista ou do arquiteto-preservacionista<sup>4</sup>, continua a ser o arquiteto-projetista, pautado pelos exemplos de algumas estrelas nacionais e internacionais solitárias, como Oscar Niemeyer e Norman Foster que, longe de constituírem uma constelação, ressaltam só, e tão somente, o fracasso de um modelo de sucesso exercido apenas por um número ínfimo de profissionais.

Ao mesmo tempo, a luta por um lugar ao sol no mercado de trabalho da Arquitetura e Urbanismo tem exigido uma profissionalização que se torna, cada vez mais, indissociável dos processos de capacitação/qualificação profissional que se têm feito, hodiernamente, através da pós-graduação, seja ela *lato sensu* ou *stricto sensu*. E é sob essa perspectiva que o problema do ensino de projeto melhor se manifesta.

Afinal, a demanda por capacitação/qualificação conduz ao aumento do número de cursos de pós-graduação que, por sua vez, exige uma maior e melhor formação docente. Ora, mas o fato é que “a nova linha mestra da carreira universitária no Brasil está baseada na figura do pesquisador/professor<sup>5</sup>.” Nesse sentido, para além do problema generalizado da formação deficitária da prática docente – e aí se poderia falar a respeito da dissociação entre o ensino e a pesquisa, uma vez que, nem sempre, ser um bom pesquisador significa ser um bom professor<sup>6</sup> – o que se observa é que o abismo, historicamente construído, entre as figuras do arquiteto e do pesquisador/professor, ainda permanece. O resultado dessa ruptura entre a prática, o ensino e a pesquisa arquitetônica é um corpo docente cujo perfil, até mesmo em função da tão propagada interdisciplinaridade, caracteriza-se pela formação em outras áreas e campos disciplinares dissociados da prancheta ou do AUTOCAD. Percebe-se, então, que o problema de como superar a crise do ensino de projeto ainda resta em aberto, apesar dos esforços recentes, materializados, inclusive, em iniciativas como o Projetar.

É nesse contexto que a questão “Patrimônio cultural, ensino de projeto e profissão de arquiteto: caso ou acaso?” se coloca, buscando uma reflexão em torno da construção do conhecimento e do ensino da arquitetura em seus rebatimentos, práticas, diálogos e interfaces. Na verdade, a hipótese sobre a qual se edifica esse artigo é a de que o campo do patrimônio cultural, no Brasil, em termos da contribuição que representa, ao longo dos últimos 68 anos, ao desenvolvimento do ensino de projeto e da profissão de arquiteto, pode ser visto ora como caso, ora como mero acaso.

Assim é que, a fim de confirmar tal hipótese, o texto a seguir apresenta-se estruturado em três diferentes momentos: 1) estende-se desde 1937, com a institucionalização da prática preservacionista, através do SPHAN<sup>7</sup>, até os anos 60, instante em que a questão patrimonial se internacionaliza; 2) define-se entre as décadas de 60 e 90, quando o patrimônio cultural torna-se objeto de ensino universitário, vai além do campo arquitetônico e se insere na política urbana; e 3) apreende os 15 últimos anos, caracterizados, entre outros, pela adesão à lógica de mercado e pela desmaterialização, por meio do reconhecimento de uma imaterialidade criadora, da idéia de patrimônio que traz consigo, algumas conseqüências.

<sup>3</sup> - (MARQUES, 2004).

<sup>4</sup> - E ainda poderíamos falar do arquiteto-paisagista, entre tantos outros.

<sup>5</sup> - “(...) great professors are no more longer prestigious architects as they used to be until the recent past. The new career guidelines in Brazilian universities are based on a researcher/professor pattern.” (MARQUES, 1999: 225). Tradução livre da autora.

<sup>6</sup> - Vale a pena lembrar, nesse sentido, a experiência francesa do CNRS – *Centre National de la Recherche Scientifique*. Criado em 1939, esse Centro Nacional de Pesquisa Científica estabelece, em 1966, unidades associadas, em laboratórios universitários. Assim, dentro da equipe de profissionais do Centro alocados nas diversas universidades espalhadas pelo país, alguns deles exercem, exclusivamente, a função de pesquisadores, enquanto outros desempenham a docência. Para maiores informações sobre o CNRS consultar [www.cnrs.fr](http://www.cnrs.fr).

<sup>7</sup> - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

## Momento 1

Foi com a criação do SPHAN, em 1937<sup>8</sup>, ainda sob a alcunha de “patrimônio histórico e artístico nacional”, que o patrimônio cultural surgiu, no cenário brasileiro, como novo campo de atuação para os arquitetos. Naquele momento, entretanto, podia-se falar com muito mais propriedade da adesão a uma causa heróica do que da abertura de um mercado de trabalho verdadeiramente alternativo ao já estabelecido modelo de sucesso do arquiteto de prancheta.

“(…) admiráveis insensatos que, sem quadros humanos, e sem verbas tangíveis, estabilizaram todos os monumentos maiores de nosso acervo antigo, salvando-os da ruína total que, na generalidade dos casos, teria ocorrido, de forma irrecuperável, na década de 40”<sup>9</sup>. Foi assim que Machado se referiu aos funcionários da fase heróica da então DPHAN<sup>10</sup>, ao ser convidado, pelos amigos do 1<sup>o</sup> Distrito<sup>11</sup>, a prestar um testemunho sobre Rodrigo M. F. de Andrade, quando do seu falecimento. Um testemunho que atestou que a atuação do quadro técnico do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se fez quase que exclusivamente por amor, desprovida de glamour e mal remunerada que era. Ainda incipiente, a questão patrimonial não serviu de vitrine ou catapulta ao reconhecimento e ao sucesso da profissão de arquiteto. Projeção adquiria-se em outra parte, na prancheta, no exercício de um fazer arquitetônico, recém regulamentado como profissão, no âmbito do CONFEA<sup>12</sup>, e voltado ao atendimento do mercado de projetos de edificações das elites, fossem essas de caráter privado ou público<sup>13</sup>.

Alinhados com a lógica estado-novista de promover uma identidade cultural e uma modernidade *partout* e *pour tous*, os arquitetos modernistas usufruíram de uma influência e prestígio sem precedentes, contra os quais qualquer outra linguagem arquitetônica basicamente emudecia. Porém se engana quem pensa que eles estavam por trás apenas da edificação da arquitetura moderna brasileira ou da regulamentação e autonomia da profissão de arquiteto<sup>14</sup>. Legitimados pelo poder político, foram eles os responsáveis pela institucionalização do patrimônio histórico e artístico nacional<sup>15</sup> concebido, no âmbito do SPHAN, como a materialização, em pedra e cal e a partir de valores históricos e artísticos nacionais<sup>16</sup>, de uma nação moderna e ao mesmo tempo universal, posto que tradicional. E mais! Também coube a eles, os arquitetos modernos, a prática docente, através do ensino de projeto, em um momento em que a fórmula modernista, segundo a qual arquiteto-projetista = arquiteto-professor, foi forjada.

Essa onipresença do arquiteto modernista, sobretudo à frente do patrimônio cultural, do ensino de projeto e da regulamentação do exercício da profissão, esclarece alguns fatos: 1) explica a dedicação, destituída de interesse, à causa patrimonial, posto que o sucesso e o reconhecimento

<sup>8</sup> - É bem verdade que o Museu Nacional pode ser considerado como a primeira tentativa, na esfera federal, de institucionalização do patrimônio nacional. Da mesma maneira, não se pode esquecer, ainda, conforme Medeiros, que “o primeiro projeto de lei em defesa dos monumentos históricos e artísticos nacionais, data de 1923 e vem a ser uma iniciativa de Luiz Cedro Carneiro Leão, representante pernambucano na Câmara dos Deputados. Ver, a esse respeito, Leão (LEÃO, 1923) e Diário de Pernambuco (DIÁRIO, 1923). Lóssio (LÓSSIO, 1987) registra ainda, em 1924, um segundo projeto, desta vez acerca da proibição da saída de obra de arte tradicional brasileira, encaminhado pelo representante de Minas Gerais na Câmara dos Deputados, Augusto Lima. O jurista mineiro Jair Lins apresenta, em 1925, um anteprojeto de lei federal organizando a proteção nacional do patrimônio brasileiro. Por fim, em 1930 e, novamente, em 1935, o deputado José Wanderley de Araújo Pinho submete um projeto de lei visando à proteção do patrimônio nacional que, uma vez mais, não recebe a aprovação do Senado” (MEDEIROS, 2002: 135). Também antecedem a institucionalização do IPHAN as Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos, na década de vinte, ou a Inspetoria Nacional de Monumentos, de 1934. Todavia, é apenas com o SPHAN que se pode falar em uma verdadeira abertura, mesmo que incipiente, de um novo campo de atuação de arquitetos.

<sup>9</sup> - (MACHADO, 1969: 63)

<sup>10</sup> - O Decreto nº 8534 de 02 de janeiro de 1946 transforma o SPHAN em DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

<sup>11</sup> - A sede do 1<sup>o</sup> Distrito era Recife.

<sup>12</sup> - É através do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que se dá, em 1933, a regulamentação da profissão.

<sup>13</sup> - A exemplo da Pampulha e do MÊS – Ministério da Educação e Saúde.

<sup>14</sup> - Não se pode esquecer do papel de Lúcio Costa na ENBA – Escola Nacional de Belas Artes.

<sup>15</sup> - Onde se destacam Lúcio Costa ao lado de outros modernistas, poetas e intelectuais, como Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Vinícius de Moraes e Sérgio Buarque de Holanda.

<sup>16</sup> - Nunca é demais lembrar a equação proposta por Santos (SANTOS, 1992: XIII) a fim de demonstrar a construção da identidade nacional pelos modernistas, por meio da relação entre passado, presente e futuro: = ser moderno = ser universal = ser civilizado = ter uma tradição.

profissional e financeiro advinham da prática dos escritórios de projeto<sup>17</sup>; 2) lança uma luz sobre como a visão pragmática do ensino da Arquitetura nas escolas nacionais, voltada exclusivamente para o projeto, constituiu-se: o mesmo reconhecimento do exercício profissional sobre a prancheta que conduziu o arquiteto modernista ao SPHAN também o levou às salas de aula - lócus privilegiado, ao lado do escritório, do projeto arquitetônico; 3) elucida como a atividade de pesquisa e a prática preservacionista a ela associada, desprovidas de espaço de atuação nas escolas, encontraram no SPHAN uma Academia<sup>18</sup>, ou seja, “(...) um espaço convergente só, e tão somente, de intelectuais que, a despeito de uma formação diversificada, partilham (...) os conflitos e interesses de uma mesma ‘geração’ que se quer moderna (...)”<sup>19</sup>. Onde: arquiteto-projetista = arquiteto-preservacionista = pesquisador; e 4) permite entrever o papel de menor destaque desempenhado, então, pelo arquiteto-urbanista, afinal, a despeito dos planos urbanos dos anos trinta e quarenta ou da experiência de Goiânia, a prática urbanística ainda se revelava como campo de atuação restrito além de estar dissociado, *grosso modo*, do ensino, de uma maneira geral, e do ensino de projeto, em particular, ou das preocupações de cunho preservacionista.

Mantido às margens das Escolas de Arquitetura, totalmente desvinculado do ensino de projeto, destituído de reconhecimento financeiro ou profissional, pelo menos para além do círculo de intelectuais da Academia SPHAN, o campo do patrimônio cultural em nada contribuiu, nesse primeiro momento, para a legitimação da profissão de arquiteto associada, então, exclusivamente, à figura do arquiteto de prancheta.

## Momento 2

Entre os anos 60 e 80, abriram-se aos arquitetos dois novos campos de atuação que viriam, cada qual em seu momento e a seu modo, emprestar à profissão uma nova imagem e fôlego, caracterizados por menos requinte e estrelas solitárias, é verdade, porém marcados por um brilho resultante de causas bem mais politicamente corretas, levadas adiante por uma constelação de nomes cujo trabalho, via de regra, se dava em equipe: o planejamento urbano e a prática preservacionista.

Anatole Kopp<sup>20</sup> já alertara para o fato de que a Arquitetura Moderna poderia ser vista como muito mais que um estilo, uma causa. Uma causa a favor do social ou, como afirmou Lara, uma arquitetura - e por que não dizer também um urbanismo - como instrumentos de inserção e ascensão social<sup>21</sup>. Foi em contraposição ao arquiteto de prancheta, voltado ao atendimento das exigências de consumo da elite, que surgiu o planejador urbano, preocupado em suprir as necessidades da sociedade como um todo e, em especial, das camadas menos favorecidas. Deixavam-se de lado os projetos dos edifícios públicos ou das residências unifamiliares de alto padrão em prol de uma política habitacional e uma reforma urbana inclusivas. O que se reivindicava, a despeito do estrelato e das repercussões do desenho urbano de Brasília, era o resgate dos princípios e preceitos da SAGMACS<sup>22</sup>, como alicerce de uma política urbana fundada em abrangente pesquisa de campo e capaz de promover a equidade, através da inserção e ascensão sociais dos mais pobres.<sup>23</sup>

Naquele contexto, a própria criação do BNH<sup>24</sup>, em 1964, considerada, ainda hoje, por muitos, como uma das maiores instituições federais voltadas para o desenvolvimento urbano, revelava a prioridade nacional atribuída ao atendimento do déficit habitacional. Mas se engana quem pensa que tal atenção dispensada à questão da habitação de baixa renda se restringia às políticas públicas ou à prática profissional do arquiteto-urbanista.

<sup>17</sup> - No caso dos demais profissionais e intelectuais modernistas envolvidos no projeto de construção do patrimônio histórico e artístico nacional, o sucesso e o reconhecimento também advinham dos seus respectivos campos de atuação.

<sup>18</sup> - (SANTOS, 1992)

<sup>19</sup> - (MEDEIROS, 2002: 145)

<sup>20</sup> - (KOPP, 1990)

<sup>21</sup> - (LARA, 2003: 56 – 63).

<sup>22</sup> - Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais

<sup>23</sup> - (MARQUES, 2004)

<sup>24</sup> - Banco Nacional da Habitação

Na realidade, o tema do urbano se tornava central, também, nas universidades, como objeto das primeiras atividades de pesquisa mais consistentes, estabelecendo o que Marques<sup>25</sup> denominou de “clivagem intra-profissional”, entre o arquiteto-projetista, professor, prático, mas alienado, de um lado e, de outro, o arquiteto-urbanista, pesquisador, teórico-prático e engajado nas causas sociais.

Todavia, não são apenas os arquitetos que se vêem atraídos pelo tema do urbano, nos anos 60. É preciso não esquecer que desde os anos 50,

*“(...) no rastro da importância atribuída pela comunidade internacional à questão do desenvolvimento, o Brasil passa a buscar, ele também, um crescimento econômico baseado na importação de modelos exógenos direcionados por uma nova concepção de racionalidade que privilegia o mercado, a tecnologia, o consumo, a formação e consolidação de uma sociedade pós-industrial. Aqui, a industrialização e a urbanização surgem, portanto, como instrumentos essenciais de um desenvolvimento alicerçado na idéia de um crescimento econômico. O país, então, industrializa-se, urbaniza-se (...)”<sup>26</sup>*

E, nesse urbanizar-se e desenvolver-se, a questão urbana chamou a atenção de sociólogos, economistas, geógrafos e, também, dos arquitetos-preservacionistas - Um cenário diante do qual a questão de como contextualizar a DPHAN se coloca. Ora, se a legitimidade junto ao Estado-Novo permitiu a sua atuação, ao longo do primeiro momento, a neutralidade política parece, inicialmente, a palavra-chave quando se busca explicar como, a despeito das mudanças de partidos, regimes ou golpes, da crise modernista e mesmo da desestruturação da própria instituição<sup>27</sup>, as ações preservacionistas sobreviveram à passagem dos anos 60. O caso é que, para esses heróis remanescentes, cuja prática esteve associada, até aquele instante, ao patrimônio em pedra e cal, à cultura, ao moderno e a um modelo de desenvolvimento agro-exportador, não restava outra saída a não ser buscar uma atuação que correspondesse ao novo modelo de desenvolvimento de base urbano-industrial que então se forjava, em meio à ascensão pós-moderna. Isso significava deixar-se expandir, conceitualmente, reconhecendo o patrimônio urbano, internacionalizar-se, democratizar-se, legitimar-se outramente, transformar-se, em suma.

No rastro da internacionalização da UNESCO<sup>28</sup>, o que se almejava era a legitimação de uma nova política patrimonial coerente com a realidade, ou seja, capaz de conciliar interesses preservacionistas, que pressupunham a salvaguarda do meio-ambiente urbano, e desenvolvimentistas, que pretendiam, exatamente o oposto: a transformação urbana por meio do progresso das estruturas econômico-sociais. Para tanto, muito contribuíram as Missões UNESCO<sup>29</sup>, ao atribuírem um novo significado ao patrimônio urbano através da descentralização administrativa, do turismo, do planejamento e do desenvolvimento econômico, enquanto conjunto das principais diretrizes que caracterizaram a fase de transição entre o antigo (renovação) e o novo padrão (reabilitação ou revitalização) de intervenção em sítios históricos<sup>30</sup>.

A chegada de Renato Soeiro, em substituição a Rodrigo M. F. de Andrade, à frente da DPHAN, em 1967, sobrepôs, à política de “pedra e cal” e à visão unicamente cultural da instituição, uma perspectiva econômico-cultural e uma política de intervenção em conjuntos urbanos ou de referência cultural por meio do PCH e do PPRPAU, e do CNRC<sup>31</sup>, respectivamente. De um lado,

<sup>25</sup> - (MARQUES, 2004)

<sup>26</sup> - (MEDEIROS, 2002: 157)

<sup>27</sup> - Em 1967, o hoje IPHAN, então DPHAN, completa trinta anos de existência. Aniversário que leva a uma quase completa renovação dos quadros funcionais da instituição devido ou à aposentadoria ou à morte, como as do próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1967 e 1969, respectivamente.

<sup>28</sup> - No âmbito da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a Educação foi, durante muito tempo, a área de atuação prioritária. É apenas na década de sessenta, com as primeiras recomendações, convenções, missões e campanhas internacionais, como a da Núbia, no Egito, que a cultura, de uma maneira geral e, em particular, a causa patrimonial adquirem relevância, passando a serem vistas, inclusive, como instrumentos de um desenvolvimento que se quer endógeno. Ver (VALDERRAMA, 1995).

<sup>29</sup> - Missão Parent, Limburg Stirum e Shankland, na década de sessenta, e Perrin, na década de setenta. Ver (PARENT, 1968), (LIMBURG STIRUM, 1968), (SHANKLAND, 1968) e (PERRIN, 1973).

<sup>30</sup> - Ver a respeito dessa transição (BRITO, 1992).

<sup>31</sup> - Inspirados nas Normas de Quito (CURRY, 2000) e criados como mecanismos operacionais do turismo em sítios históricos, o PCH – Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, de 1973, e o PPRPAU – Programa de Preservação e Recuperação do Patrimônio Ambiental Urbano, são testemunhos da adesão do Brasil à lógica do desenvolvimento, esse último

embora nem sempre atingindo aos objetivos propostos, essa sobreposição permitiu a incorporação da temática patrimonial ao contexto das políticas urbanas enquanto, do outro, aproximou o diálogo com disciplinas diversas, entre as quais a Antropologia.

Lócus, até então, da atividade do arquiteto-projetista, o serviço do patrimônio passou a ser lugar de atuação, também, do arquiteto-urbanista. A visão mais elitista da primeira fase, que levava ao reconhecimento das expressões artísticas e históricas de uma “arquitetura maior” cedeu espaço, no segundo momento, a uma política preservacionista mais inclusiva e a partir da qual manifestações “menores”, vernáculas, populares e urbanas passavam, também, ao status de patrimônio.

Naquele contexto, a questão da habitação popular como meio de ascensão e inserção social ganhava nova roupagem. O próprio PPRPAU já sugeria a mudança na política do BNH de modo a que esse atuasse não apenas no financiamento de edifícios novos, mas também na reabilitação de imóveis antigos situados em sítios históricos. Da mesma maneira, o II Encontro de Governadores propunha “(...) a convocação do Banco Nacional da Habitação e os demais órgãos financiadores de habitação para colaborarem no custeio de todas as operações necessárias à realização de obras em edifícios tombados”.<sup>32</sup> Nesse sentido, a passagem da teoria à prática se daria já na gestão Aloísio Magalhães com ações do CURA e do PRRNH, ambas financiadas pelo BNH<sup>33</sup>. Mesmo com a extinção do Banco, na década de 80, a questão patrimonial, reforçada pelos discursos descentralizatório e participativo resultantes da abertura democrática, permaneceu atrelada ao urbano através das experiências de reabilitação que se multiplicavam país afora.

Assim, ao se abrir ao planejamento urbano, o campo do patrimônio cultural desvinculava-se, ainda que parcialmente, da áurea elitista que o revestia, até então, posto que associado ao arquiteto-projetista. Ao mesmo tempo, a incorporação da questão patrimonial às políticas urbanas ampliava o mercado para os arquitetos-urbanistas e os arquitetos-preservacionistas nascentes, afinal, aos arquitetos-projetistas continuavam a interessar os projetos das elites e o trato do patrimônio em pedra e cal. Na verdade, aqui começava a despontar a figura do arquiteto-preservacionista desvinculada do arquiteto-projetista e mesmo do arquiteto-urbanista. Uma nova clivagem que se estabelecia como reflexo das transformações do sistema educacional, com a reorganização do ensino, a partir de 1968, quando as Escolas de Arquitetura se transmutaram em Departamentos ou Faculdades das Universidades ou com o surgimento da ainda gradativa proliferação da rede privada de ensino<sup>34</sup>, jogando no mercado, a cada ano, um número cada vez maior de profissionais. Além do mais, na esteira da universalização da causa patrimonial, as universidades passavam a ser reconhecidas, pelos documentos internacionais, como importantes instrumentos de formação de profissionais aptos a qualificar uma mão-de-obra especializada e, simultaneamente, desenvolver pesquisas. O reatamento de tal reconhecimento se deu, no Brasil, por meio do compromisso, assumido em Brasília, por ocasião do I Encontro dos Governadores<sup>35</sup>. Um compromisso que levou à criação dos primeiros cursos de especialização e pós-graduação, marcados por temáticas socialmente engajadas, de inspiração marxista e ligação com o urbano, de um lado ou, do outro, voltadas para as técnicas de restauro do patrimônio construído. Com isso, tinha-se a ruptura do IPHAN<sup>36</sup> como Academia SPHAN, invalidando a fórmula arquiteto-projetista = arquiteto-preservacionista = pesquisador. Rompia-se o elo entre a pesquisa e o arquiteto-projetista.

---

fazendo parte, inclusive, do II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento (BRASIL, 1974). O CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural, por sua vez, objetiva definir um sistema de referência da cultura nacional que sirva como indicador para um modelo de desenvolvimento econômico de base endógena, ou seja, capaz de corresponder às necessidades brasileiras, a partir da realidade verde-amarela.

<sup>32</sup> - (IPHAN, 1973: 376).

<sup>33</sup> - CURA – Programa de Complementação Urbana. PRRNH – Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos sobre os quais tratam os trabalhos de BOSI (BOSI, 1988) e o documento do MinC (MinC, 1986).

<sup>34</sup> - (MARQUES, 1999)

<sup>35</sup> - (SCHLEE, MEDEIROS & FERREIRA, 2003).

<sup>36</sup> - O Decreto nº 66.967 de 26 de julho de 1970 institui, no lugar da DPHAN, o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Mas o campo do patrimônio cultural não se abria exclusivamente ao planejamento urbano. Com Aloísio Magalhães e a FNPM<sup>37</sup>, a qual se incorporou o CNRC, a atenção também se voltava às referências da cultura nacional, inspiradas nas idéias, já inovadoras nos anos 30, do projeto de Mário de Andrade, e exigindo a adesão, à causa patrimonial, de outras disciplinas, como a Antropologia e a História. Contudo, por enquanto, esse abraçar da questão patrimonial por outras disciplinas ainda se mantinha restrito ao SPHAN.

Entre os anos sessenta e oitenta, portanto, dois novos campos de atuação abriram-se para os arquitetos: o planejamento urbano e o patrimônio cultural. Ser profissional da Arquitetura não significava mais ser apenas arquiteto-projetista. Embora a fórmula de sucesso, dentro da profissão, continuasse muitas vezes associada a essa perspectiva, os arquitetos urbanista e preservacionista eram capazes de conferir certa legitimidade à profissão. Quanto ao ensino de projeto, apesar da inserção da temática preservacionista no âmbito dos programas de pós-graduação de algumas universidades brasileiras, a idéia que persistiu foi a da incompatibilidade: se ali o exercício da criatividade era essencial, aqui, esse era completamente tolhido, moldado e limitado<sup>38</sup> pela necessidade de inserção e diálogo em contextos sociais, urbanos ou arquitetônicos, pré-existentes.

### Momento 3

Às vésperas do século XXI, a relação entre patrimônio cultural, ensino de projeto e profissão de arquiteto transformou-se. Após as experiências do CURA, do PRRNH ou de reabilitações urbanas, revestidas de forte caráter social, iniciaram-se os processos de revitalização, marcados pela adesão à lógica de mercado, na esteira do discurso permissivo da pós-modernidade, da abertura democrática e da vaga neoliberal que ganhou amplitude com o fim do totalitarismo na Europa do Leste, dos regimes autoritários, na América Latina, e com a chegada de Itamar Franco ao Palácio do Planalto, em termos nacionais, e dos governos de esquerda, em muitos dos cenários estadual e local. Configurou-se, então, um momento em que as preocupações, acerca do aproveitamento do parque imobiliário obsoleto em antigos centros históricos como habitação, cederam lugar às tentativas de transformação desses mesmos espaços, transfigurados em shoppings a céu aberto, em atrativos turísticos, objetos do marketing das cidades<sup>39</sup>. Por pouco o arquiteto-preservacionista não perdeu a áurea do politicamente correto, passando a ter as suas atividades associadas aos interesses da elite.

De fato, antes que a década de 90 encontrasse seu término, essa visão exclusivamente mercadológica e socialmente excludente, embalada pelos movimentos de globalização, regionalização e localização ou pelos discursos internacionais da ONU<sup>40</sup> ou da UNESCO, marcados por uma percepção cada vez mais humana e sustentável do desenvolvimento, não mais perdurou. Passou-se a falar em requalificação urbana, conceito que reconduziu a prática patrimonial ao discurso politicamente correto ao retomar a causa da inclusão social, via fortalecimento das identidades locais e criação de emprego, renda e moradia, através do desenvolvimento municipal e inserção regional/internacional, cujo principal vetor foram as intervenções no patrimônio urbano. Veio à tona, assim, depois do CURA e PRRNH, um novo programa voltado à recuperação das condições de habitabilidade de antigos conjuntos urbanos, o URBIS.

Porém, não foi apenas esse viés urbano o responsável pelo reencontro do campo patrimonial com as causas socialmente inclusivas. Em consonância com os discursos internacionais, a capacidade

<sup>37</sup> - Em 1979, Aloísio Magalhães substituiu Renato Soeiro à frente do IPHAN, transformado em SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1979, pelo Decreto nº 84.198, órgão normativo do patrimônio, ao qual vem se somar, pela Lei nº 6.757, a FNPM – Fundação Nacional Pró-Memória, na condição de órgão operacional, ambos incorporando os quatro programas básicos do CNRC, quais sejam: o “Mapeamento da Atividade Artesanal”, “Levantamento Sociocultural”, “História da Ciência e Tecnologia no Brasil” e “Levantamento da Documentação sobre o Brasil”.

<sup>38</sup> - É preciso ter em mente que o estudante e profissional da Arquitetura e Urbanismo, no Brasil, era formado, naquele instante, para o projeto de edificações novas, em lotes vazios resultantes, inclusive, de movimentos de expansão e renovação urbanas.

<sup>39</sup> - Após o exemplo democrático e socializante de Bolonha (CERVELLATI, P. L; SCANNAVINI, R. & DE ANGELIS, C.: 1981) são as experiências americanas do uso do turismo e lazer como objetos do desenvolvimento urbano dos chamados *waterfront* que se destacam nos anos oitenta, fazendo escola, mundo afora, no final dessa década ou início da seguinte.

<sup>40</sup> - ONU – Organização das Nações Unidas.

criadora da diversidade cultural<sup>41</sup>, ou seja, a capacidade de criar, de expressar-se, inclusive de forma imaterial, de cada um dos diferentes grupos formadores da diversidade cultural da sociedade brasileira, foi percebida como uma das mais importantes dimensões do desenvolvimento. Depois de Mário de Andrade e Aloísio Magalhães o país se encontrava suficientemente maduro para testemunhar, em 2000, a institucionalização do Registro de bens culturais de natureza imaterial, do PNPI e do INRC<sup>42</sup> - uma expansão conceitual que levou vários setores das ciências sociais a investirem na questão patrimonial para além dos limites do IPHAN, justo em um momento em que esses mesmos setores retiravam-se do campo do urbanismo à procura de especificidades ou de experiências multidisciplinares com outros temas, como é o caso da Economia e Sociologia<sup>43</sup>. Ficava para trás a época em que o trato da questão patrimonial parecia exclusividade dos arquitetos. “A predominância desses profissionais [arquitetos] no quadro geral da instituição [IPHAN] vai permanecer até a década de 70 quando, senão em número de técnicos, mas pelo menos em termos de idéias, o discurso antropológico adquire hegemonia”<sup>44</sup>. Uma hegemonia que só se fortalece a partir do ano 2000, aquém e além das fronteiras de atuação do IPHAN.

Na verdade, quando se coloca como foco de novas demandas sociais, econômicas e políticas resultantes de programas nacionais como o PNPI ou do aumento dos movimentos sociais, do crescimento dos museus e arquivos ou das implementações dos cursos de pós-graduação, todos em favor da preservação das memórias social e nacional, a questão patrimonial deixa de ser domínio de arquitetos e passa a exigir respostas de cientistas sociais chamados a atuar tanto na definição de registros e certificações de expressões culturais nacionais, regionais ou locais quanto em projetos acadêmicos.

Aliás, em se tratando da Academia, o número de teses e dissertações acerca da questão patrimonial na Sociologia, Antropologia, Direito e Turismo<sup>45</sup> só tem aumentado. Na Arquitetura não tem sido diferente. Todavia, aqui, *grosso modo*, os temas dos trabalhos refletem uma compartimentação da própria estrutura dos cursos de pós-graduação e que se repete, na verdade, na graduação, através da disciplina de Técnicas Retrospectivas<sup>46</sup>: ora voltados para a Tecnologia, ou para a Teoria e História ou, ainda, para o Projeto<sup>47</sup> - Um projeto visto como um problema de salvaguarda em pedra e cal e percebido, aliás, pelos arquitetos-projetistas como uma questão de intervenção desprovida de liberdade criativa. O fato é que o campo do patrimônio cultural inaugurou uma nova concepção de projeto ainda pouco incorporada às disciplinas de Projeto Arquitetônico, seja na graduação ou na pós, ou de Técnicas Retrospectivas: repúdio à idéia de criação *ex nihilo* e apoio no exercício de construir no construído, associando conhecimentos de projeto, tecnologia, preservação e teoria e história.

A partir dos anos 90 o que se observa é que a abertura do campo do patrimônio cultural pouco contribuiu para o fortalecimento do Ensino de Projeto, sobretudo na Pós-graduação, lócus de capacitação dos futuros “formadores de projetistas”<sup>48</sup>. Em relação à profissão de arquiteto, após um breve momento de legitimidade do arquiteto-preservacionista, a área de sucesso e do politicamente correto em torno dele e mesmo do arquiteto-urbanista perdeu-se, sobretudo a partir da virada do século. Se o campo do planejamento urbano associou-se ao das práticas legislativas reguladoras ou ao da salvaguarda do patrimônio cultural, esse último abriu-se, por sua vez, ao âmbito das ciências sociais, da Antropologia ao Direito, configurando um cenário de atuação longe de ser específico da profissão de arquiteto que, por isso mesmo, continuou a desvalorizar-se e deslegitimar-se nos últimos anos.

<sup>41</sup> - (CUÉLLAR, 1996)

<sup>42</sup> - Registro, PNPI – Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais. Ver (BRASIL, 2000).

<sup>43</sup> - (MARQUES, 2004)

<sup>44</sup> - (SANTOS, 1996: 86).

<sup>45</sup> - Para falar de apenas algumas áreas.

<sup>46</sup> - A Portaria nº 1770/MEC, de 21 de dezembro de 1994, fixou as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, e criou a matéria profissionalizante “Técnicas Retrospectivas”.

<sup>47</sup> - Ver IPHAN (1998) e, também, acerca do ensino da disciplina no Brasil ABEA (2001)

<sup>48</sup> - (VELOSO & ELALI, 2003:105)



## Conclusão

Frente a um contexto mundial onde os Estados Nacionais tendem a adotar “modelos” de conduta internacionais, por meio dos quais buscam a legitimidade, uns perante os outros, o que se observa é que o papel reservado aos movimentos de inserção e ascensão social assume grande importância. Qualquer modelo de atuação profissional ou educacional que ignore esse papel é visto como inapropriado, autoritário, politicamente incorreto. Ou seja, o processo de legitimação de qualquer área de atuação, hoje, passa, quase que obrigatoriamente, pelo comprometimento com causas sociais, perante as quais o ensino de projeto, a profissão de arquiteto e, mais recentemente, o patrimônio cultural estão em débito.

Considerado pelos modelos internacionais como instrumento essencial à geração do progresso e desenvolvimento, via equidade social, a prática patrimonial deveria ser vista, hoje, pelo viés da arquitetura e urbanismo, não mais como mero acaso: uma questão conjunta - de Teoria e História, Projeto e Tecnologia - colocada em prol da geração de um conhecimento cuja socialização seria capaz de contribuir para a melhoria da condição humana e, conseqüentemente, do ensino de projeto e da legitimação da profissão de arquiteto.

## Bibliografia

ABEA – Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura. **Técnicas Retrospectivas – “Manutenção e Reabilitação da Paisagem Construída”**. XI CONABEA – Congresso Nacional da ABEA. XVII ENSEA – Encontro Nacional Sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 14 a 17 de novembro de 2001. 22 Caderno ABEA.

BOSI, Vera. (1987). Participação e Pesquisa na Preservação do Patrimônio Cultural. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: FNPM/SPHAN/MinC, 1987. N. 22. Pp. 138 – 144.

BRASIL. (1974). **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 – 1979)**. Brasília: Presidência da República, 1974.

\_\_\_\_\_. (2000). **Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000** – Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

CERVELLATI, P. L.; SCANNAVINI, R. & DE ANGELIS, C. (1981). **La Nouvelle Culture Urbaine - Bologne face à son patrimoine**. Paris: Éditions du Seuil. Coll. Espacements, 1981. 188 p.

CUÉLLAR, Javier Pérez. (Org). (1996). **Notre Diversité Créatrice – Rapport de la Commission Mondiale de la Culture et du Développement**. Paris: UNESCO, 1996. 343 p.

CURY, Isabelle. (2000). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

FREITAS, Marcelo B. A. P. (1992). **Dos Monumentos Arquitetônicos aos Sítios Urbanos**. Tese de Mestrado, MDU/UFPE, Recife, 1992.

IPHAN. (1973). **Anais do II Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, realizado em Salvador, Bahia, de 25 a 29 de outubro de 1971**. Rio de Janeiro: MEC, Departamento de Assuntos Culturais – DAC, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IBPC, 1973. 382 p.

\_\_\_\_\_. (1998). Departamento de Promoção. **A Disciplina de “Técnicas Retrospectivas” no Currículo de Arquitetura e Urbanismo das Universidades Brasileiras: Situação Atual e Diretrizes**. Brasília: IPHAN/DEPROM, 1998.

KOPP, Anatole. (1990). **Quando o Moderno não era um Estilo e sim uma Causa**. São Paulo: Nobel Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

LARA, Fernando. (2003). *(In)Disciplina: Considerações sobre a Autonomia do Ensino de Projeto*. In: LARA, Fernando e MARQUES, Sônia. (Orgs.). **Projetar: desafios e conquistas da pesquisa e do ensino de projeto**. Rio de Janeiro: EVC, 2003. Pp. 56 – 63.

LIMBURG STIRUM, F. de. (1968). **Brésil – Plan National de Mise en Valeur de Parati dans le Cadre d'un Développement Touristique**. Paris: UNESCO, 1968. 70 p

MACHADO, Lourival Gomes. (1969). *Arte – Rodrigo M. F. de Andrade*. In: **A Lição de Rodrigo**. Recife: DPHAN, 1º Distrito, 1969. 59 - 65.

MARQUES, Sônia. *Integrated Conservation and Sustained Development in Architectural Education*. In: **Conservation and Urban Sustainable Development – A Theoretical Framework**. ZANCHETI, Sílvia (Org.). Recife: UFPE / MDU / CECI, 1999. Pp. 221- 229.

\_\_\_\_\_. (2004). **Planejamento Urbano e Profissão de Arquiteto: o Feitiço contra o Feiticeiro?** Cuiabá: SBPC, 2004.

MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. (2002). **Materialidade e Imaterialidade Criadoras: o local, o nacional e o internacional na construção do patrimônio mundial – o Bairro do Recife como caso**. Tese de Doutorado. Brasília: Departamento de Sociologia, UnB, 2002.

MinC. (1986). **Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos**. Brasília: MinC/MDU, maio de 1986.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº.1770, de 21 de dezembro de 1994**. Brasília, MEC, dezembro de 1994.

PARENT, Michel. (1968). **Brésil – Protection et Mise en Valeur du Patrimoine Culturel Brésilien dans le Cadre du Développement Touristique et Économique (24/11/1966 – 08/01/1967 e 19/04 – 01/06/1967)**. Paris: UNESCO, 1968. 129 p.

PERRIN, Jean-Bernard. (1973). **Mise en Valeur des Ensembles et Sites Classés**. Paris: UNESCO, 1973.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. **O Tecido do Tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil (1920 – 1970)**. Tese de Doutorado – Departamento de Antropologia / UnB, 1992.

\_\_\_\_\_. (1996). Nasce a Academia SPHAN. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Cidadania**. Brasília: IPHAN, 1996. Nº 24. Pp. 77 – 95.

SCHLEE, Andrey; MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida; FERREIRA, Oscar. (2003). **Dissociação, Fragmentação e União – A Experiência do Ensino de Técnicas Retrospectivas**. Natal: UFRN – PROJETAR 2003, 2003. 10 p.

SHANKLAND, G. (1968). **Brésil – Conservation des Quartiers Anciens et Développement Touristique à Salvador**. Paris: UNESCO, 1968. 45 p.

VALDERRAMA, Fernando. (1995). **Histoire de l'UNESCO**. Paris: Organisation par les Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture – UNESCO/Presses Universitaires de France, 1995. 433p.

VELOSO, Máisa & ELALI, Gleice. (2003). *A Pós-graduação e a Formação do (Novo) Professor de Projeto de Arquitetura*. In: **LARA, Fernando e MARQUES, Sônia. (Orgs.). Projetar: desafios e conquistas da pesquisa e do ensino de projeto**. Rio de Janeiro: EVC, 2003. Pp. 94 - 107.